

PARECER

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.

EMENDAS N.º 1 E 2 AO SUBSTITUTIVO N.º 1 DO PROJETO DE LEI N.º 92/2025.

ASSUNTO: VISA ALTERAR O SUBSTITUTIVO N.º 1 DO PROJETO DE LEI N.º 92/2025.

AUTOR: VEREADOR JOÃO ALFREDO.

RELATOR: VEREADOR SERGINHO DA RÁDIO.

1. Relatório:

Trata-se das Emendas n.º 1 e 2, de autoria do Vereador João Alfredo, que visa alterar o Substitutivo n.º 1 do projeto de lei n.º 92/2025.

Cumpridas as etapas do processo legislativo foi encaminhada a presente matéria a esta Comissão a fim de ser emitido parecer, sob a relatoria deste Vereador, por força do r. despacho.

2. Fundamentação:

2. 1. Da Competência da Comissão:

De acordo com o disposto no inciso I do artigo 102 do Regimento Interno, cabe a esta Comissão a análise da matéria sob comento, nos seguintes aspectos que se transcreve abaixo:

- Art. 102.*
- a) manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental de projetos, emendas, substitutivos e requerimentos sujeitos à apreciação da Câmara;*
(...)
 - g) admissibilidade de proposições;*
(...)
 - i) técnica legislativa de todas as proposições do processo legislativo;*
(...)



k) manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e no mérito acerca de projetos de concessão de honrarias;

2. 2. Da Iniciativa:

Quanto à iniciativa das Emendas, o Regimento Interno da Câmara Municipal de Unai prevê o seguinte:

Art. 235. Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra, com a finalidade de aditar, modificar, substituir ou suprimir dispositivo.

§ 1º Supressiva é a emenda destinada a excluir dispositivo.

§ 2º Substitutiva é a emenda apresentada como sucedânea de dispositivo.

§ 3º Aditiva é a emenda que visa acrescentar dispositivo.

§ 4º Emenda de redação é a que objetiva sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa ou lapso manifesto.

§ 5º Modificativa é a emenda que altera dispositivo sem modificá-lo substancialmente.

Art. 236. A emenda, quanto à sua iniciativa, é:

I - de Vereador;

II - de Comissão, quando incorporada a parecer; ou

III - de cidadãos, nos termos deste Regimento.

A Emenda é tratada no Regimento Interno da seguinte forma:

Art. 238. A emenda será admitida:

I – se pertinente à matéria contida na proposição principal;

II – se incidente sobre um só dispositivo, a não ser que se trate da matéria correlata, de maneira que a modificação de um envolva necessidade de se alterarem outros dispositivos.

Parágrafo único. As emendas apresentadas, em primeiro e segundo turno, serão enviadas, juntamente com a matéria principal, à apreciação da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos, devendo ser observado o prazo previsto no inciso II do artigo 133 desta Resolução para a emissão do parecer.

As mencionadas Emendas 1 e 2, respectivamente, foram apresentadas pelo Vereador João Alfredo e são no seguinte sentido:

Primeira Emenda

A presente emenda tem por finalidade aperfeiçoar o texto do Projeto de Lei nº 92/2025, ao disciplinar de forma mais clara, objetiva e juridicamente segura a distribuição e a condução dos procedimentos administrativos que possam resultar na constituição do crédito tributário. A experiência administrativa demonstra que a ausência de regras expressas sobre a distribuição de processos fiscais abre espaço para assimetrias indevidas, escolhas discricionárias e rearranjos informais de

procedimentos, comprometendo os princípios da impessoalidade, da isonomia e da moralidade administrativa, previstos no art. 37 da Constituição Federal. Quando a lei se omite, a decisão deixa de ser institucional e passa a depender da vontade de quem distribui, o que fragiliza a confiança no sistema. A emenda parte da premissa de que a regra deve ser a distribuição equitativa e objetiva dos procedimentos entre os fiscais em efetivo exercício, vedando qualquer direcionamento baseado em critérios subjetivos ou interesses estranhos ao interesse público. Ao mesmo tempo, reconhece que a atividade tributária, em muitos casos, exige atuação conjunta, apoio técnico ou revisão especializada, sobretudo em procedimentos de maior complexidade ou relevância econômica. Por essa razão, o texto proposto autoriza expressamente a atuação conjunta de dois ou mais servidores, bem como a designação de fiscal auxiliar ou revisor, desde que tais designações sejam formais, motivadas e registradas nos autos. Essa exigência não engessa a Administração, ao contrário, qualifica a gestão, pois garante transparência, rastreabilidade e controle dos atos praticados. Outro ponto relevante é a previsão de redistribuição objetiva dos processos em caso de afastamento prolongado do servidor responsável. A medida assegura a continuidade do serviço público e a celeridade dos procedimentos, sem permitir que a redistribuição seja utilizada como instrumento de favorecimento ou punição velada. Em síntese, a emenda busca transformar a distribuição de processos fiscais em um ato técnico, controlável e impessoal, afastando práticas informais e prevenindo conflitos de interesse. O resultado é um modelo mais transparente, equilibrado e alinhado aos princípios constitucionais e às normas gerais do processo administrativo, fortalecendo a segurança jurídica tanto para a Administração quanto para o contribuinte.

Segunda Emenda

A presente emenda tem por objetivo suprimir os artigos 5º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12 e 13 do Substitutivo nº 1/2025 ao Projeto de Lei nº 92/2025, que tratam da criação da denominada Gratificação de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária, GEPAT. Embora a proposta busque, em tese, estimular a arrecadação municipal, o desenho normativo apresentado não atende aos requisitos mínimos de objetividade, previsibilidade e segurança jurídica exigidos para a instituição de vantagens pecuniárias no âmbito do serviço público. O texto cria uma gratificação de natureza variável sem estabelecer, de forma clara e verificável, critérios objetivos para definir quem fará jus ao recebimento, como se dará a mensuração da produtividade individual e coletiva e quais são os limites mínimos, máximos ou globais da pontuação atribuída. A lei remete quase integralmente ao regulamento infralegal a definição de metas, critérios de avaliação, parâmetros de pontuação e procedimentos de aferição. Na prática, isso transfere ao Poder Executivo, por decreto, a capacidade de definir elementos essenciais da vantagem remuneratória, esvaziando o papel da lei em sentido formal e abrindo espaço para tratamentos desiguais entre servidores que exercem as mesmas atribuições. Quando a regra não é clara, o critério deixa de ser jurídico e passa a ser discricionário, o que fragiliza o sistema e expõe a Administração a questionamentos permanentes. Também chama atenção a ausência de balizas objetivas quanto à distribuição dos pontos. Não há definição de teto individual, limite global de pontuação, proporcionalidade entre as atividades desempenhadas nem



metodologia transparente de conversão da produtividade em valor pecuniário. Sem esses parâmetros, a gratificação pode variar de forma imprevisível, comprometendo o planejamento financeiro do Município e a própria confiança do servidor na regra que o remunera. Esse tipo de estrutura normativa gera insegurança jurídica tanto para a Administração quanto para os servidores e contribuintes. De um lado, cria-se um ambiente propício a contestações

Este Relator entende que não há impedimento quanto à modificação introduzida pelo n. Vereador, por meio de emendas e no caso destas, sem qualquer aumento de despesa.

Sem mais considerações, passa-se à conclusão.

3. Conclusão:

Em face do exposto, dou pela aprovação das Emenda n.º 1 e 2 do Substitutivo n.º 1 do Projeto de Lei n.º 92/2025.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu; 81º da Instalação do Município.

VEREADOR SERGINHO DA RÁDIO
Relator





CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

Av. José Luiz Adjuto, nº 117, Centro, Unaí - MG, CEP: 38.610-066.

CNPJ:19.783.570/0001-23.

Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **SÉRGIO HENRIQUE RODRIGUES GARCIA**
- **VEREADOR SERGINHO DA RÁDIO**, CPF: 107.98*.**6-*4 em **30/12/2025 16:28:38**,
Cód. Autenticidade da Assinatura: 16W4.5928.0382.608V.1380, Com fundamento na Lei
Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **5FA.99A** - Tipo de Documento: **PARECER** - Nº **855/2025**.

Elaborado por **NEIDE MARIA MARTINS DE MELO**, CPF: 047.19*.**6-*8, em **30/12/2025 - 15:58:00**

Código de Autenticidade deste Documento: 1513.5A58.500A.920V.1625

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

<https://zeropapel.unai.mg.leg.br/verdocumento>

